



Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 29/09/2022

Com: maioria

23 votos a favor + 5 PSD + 2 FCS + 1 BE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2022

2 abstenção PSD

I – ABERTURA

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas 20 h 45 m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, na freguesia de Azambuja, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **Ponto 1** – Atividade Municipal – Período de 15/12/2021 a 11/2/2022 -----

----- **Ponto 2** – Abertura de procedimento de Concurso Público - Contrato de Concessão do Direito de Exploração do Restaurante do Pátio do Valverde ----- P 12/P/2022

----- **Ponto 3** – Covid-19 – Prorrogação das Medidas de Apoio ----- P 7/P/2022

----- **Ponto 4** – Revisão Orçamental ----- P 10/P/2022

----- **Ponto 5** – Reconhecimento de Interesse Público Municipal — Proc. Nº 24/21 PIP1 – Sociedade Agropecuária Vale da Adegua, S.A. ----- P 13/P/2022

----- **Ponto 6** – Prorrogação do Prazo para a Concretização da Transferência das Competências no Domínio da Ação Social ----- P 15/P/2022

----- **Ponto 7** – Contas semestrais 2021 – Inf 3/P/2022 ----- Inf. 3/P/2022

II – PRESENCAS

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente** – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- **Primeiro Secretário** – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- **Segundo Secretário** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores António José da Fonseca Nobre, António Manuel Amara Costa, em substituição de David José Pinto Mendes, António Rodrigues Torrão,



Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes , Cláudio André Serrano Horta Salema, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Francisco António Galvão Morgado, Firmino Miguel Santos Batista Amendoeira, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Lúcio Manuel Cardador Costa, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre, Tiago João Freitas Santos, em substituição de Maria João Martins Canilho de Sousa e Vasco Luís de Lima Correia e Albergaria Crespo em substituição de Helena Maria Amorim Maciel. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor Deputado **David José Pinto Mendes**, representante do CDU sendo substituído pelo Senhor Deputado **António Manuel Amaro Costa**, representante no mesmo partido na lista admitida, a Senhora Deputada **Maria João Martins Canilho de Sousa**, representante do PSD na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo substituída pelo Senhor Deputado **Tiago João Freitas Santos**, representante da mesma Coligação na lista admitida e a Senhora Deputada **Helena Maria Amorim Maciel**, representante do PSD na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo



substituída pelo Senhor Deputado **Vasco Luís de Lima Correia e Albergaria Crespo**, representante da mesma Coligação na lista admitida. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia deu início à reunião, cumprimentou os presentes, o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia endereçando um cumprimento muito especial ao povo da Ucrânia, a quem dedicou, num gesto de solidariedade, as flores azuis e amarelas que se encontravam na mesa, bem como a iluminação exterior, em tons de azul e amarelo também. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia relembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta Sessão, conforme descrito em Edital, tendo a Assembleia recebido um pedido de esclarecimento, via email, do munícipe Luís Ferreira com algumas questões que a Senhora Presidente leu e que se transcrevem: “**Questão 1:** Verifica-se que em muitos contentores do lixo está afixado um aviso que o lixo não deve ser depositado no chão. Que tipo de fiscalização é feita para garantir isso mesmo? Já houve coimas aplicadas pelo não cumprimento deste regulamento? De quem é a responsabilidade desta fiscalização? É que se verifica frequentemente o seu incumprimento quer dentro do espaço urbano, quer fora, e a ideia que fica é que nada é feito. **Questão 2:** No seguimento da visita efetuada à Triaza, que não conformidades foram identificadas? Qual o resultado da visita e quais os próximos passos? **Questão 3:** Em relação aos projetos das Fotovoltaicas, qual o ponto de situação? **Questão 4:** Em relação ao veículo de Bombeiros adquirido pela Câmara no final do mandato anterior, qual tem sido já a sua utilização até aqui? Quantas vezes já foi utilizado? **Questão 5:** Foi falado anteriormente que a Câmara de Azambuja iria criar campo/campos de Padel no concelho de Azambuja. Para quando? Datas concretas se possível. **Questão 6:** Qual o ponto de situação das melhorias de segurança para a N3? **Questão 7:** Foi efetuado anteriormente um estudo para a aplicação de novo regulamento de trânsito em Vale do Paraíso. Qual o ponto de situação deste projeto? **Questão 8:** Sobre os esgotos a céu aberto que tanto foi falado na campanha eleitoral, que medidas já foram tomadas sobre essa matéria? **Questão 9:** No caminho entre Azambuja e os Casais do Vale Fornos e Vale do Paraíso há crateras na estrada, nomeadamente em duas curvas perigosas. Há meses que estão assim. Para quando a reparação deste pavimento?” -----

----- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse que apesar das ações de sensibilização promovidas pela Câmara e dos 1400 contentores espalhados pelo concelho, era impossível uma ação de fiscalização mais apertada, não existiram coimas pois não se conseguiam identificar os infratores, sendo que a responsabilidade por esta fiscalização cabia à Divisão de Ambiente da Câmara Municipal. Quanto à visita à Triaza, não se conseguira efetuar, como era do conhecimento geral, apesar de terem sido notificados da mesma, com o prazo previsto na Lei, no dia da visita o aterro encontrava-se fechado, estando o gabinete de advogados da Câmara que acompanhavam este processo, a elaborar o procedimento seguinte, estava para breve o intimar a Triaza para proceder à recuperação paisagística. Quanto às fotovoltaicas, o processo 41/2021 – construção de quatro células encontrava-se em apreciação para envio à Câmara, e posterior envio à Assembleia Municipal para a emissão de Declaração do Interesse Público Municipal. O processo 4/22 PIP – pedido de informação prévia para a construção de duas células estava em análise. Relativamente ao veículo adquirido, fora utilizado duas vezes no âmbito da proteção civil, não tendo felizmente, havido necessidade de ser usado com mais frequência. Quanto aos campos de Padel, era intenção do Município a criação destas infraestruturas, não havendo datas concretas. Para responder à questão da segurança na EN3, disse que de acordo com a informação do IP o processo para a construção de duas rotundas na N3 já estava resolvido, encontrando-se no Ministério das Finanças para inclusão no orçamento anual. O Regulamento de trânsito em Vale do Paraíso, fora feita uma reunião pública para apresentar os contributos apresentados. Quanto aos esgotos a céu aberto, a Câmara em conjunto com a Adaz, estava a identificar algumas situações incorretas no sentido de serem colmatadas. Os buracos na estrada referida serão resolvidos em breve. -----

----- O Senhor António Pires parabenizou a Câmara pela execução da estrada Azambuja/Virtudes, lamentando o estreitamento junto dos terrenos da EPAL e perguntou se havia alguma informação de que o fecho da Triaza fosse definitivo, como já se dizia, porque a informação no placard da entrada não o mencionava, se assim não fosse sugeriu que se intimasse o Senhor Pedro Ribeiro a fazer os trabalhos de recuperação paisagística do aterro, como fora decidido em reuniões de Câmara e Assembleia Municipal. Reportando-se ao gesto de solidariedade para com o povo da Ucrânia, tido na presente reunião, perguntou ao Senhor Presidente de Câmara como se sentia por ter feito coligação com um partido que apoiava a guerra na Ucrânia. Pediu a recuperação do asfalto na Rua D. Francisca,



nos Casais de Britos, onde existiam abatimentos provocados pelos cortes para a colocação de canos e que eram cada vez maiores com a passagem de pesados. -----

----- Interveio o Senhor José Braz, que referiu ir pronunciar-se na qualidade de Presidente do Centro Cultural Azambujense, que se encontrava também presente o Senhor Vice-Presidente da Direção, Senhor Pedro Cardoso e que o que os trazia à reunião era apresentar uma explanação acerca do trabalho efetuado pelo CCA, e o que os levava a querer lutar pela música. Conforme flyer distribuído à entrada, o CCD estava a apelar para que a população frequentasse as aulas de música para colmatar a falta de músicos. Considerou haver um desinvestimento muito grande na cultura, em termos nacionais, principalmente nas bandas filarmónicas, fez apelo aos políticos, no caso concreto de Azambuja, no sentido de apoiarem a música no concelho, lembrando alguns nomes de músicos do concelho que tinham singrado neste campo, a nível nacional. Solicitou apoio no sentido de a Câmara poder ajudar no projeto do CCA, de construção de uma academia de música que servisse o concelho.

-----Interveio a Senhora D. Sandra Azeitão, perguntando a razão da mudança para o Youtube das transmissões da Assembleia Municipal, onde não se podiam fazer comentários, ao contrário do que se passava nas reuniões de Câmara que continuavam a ser transmitidas no Facebook que permitia o comentário em tempo real. Disse ter necessidade de saber, assim como outros munícipes, o que realmente se passava com a Ribeira do Valverde, se já tinha sido identificado o foco de contaminação, caso assim fosse, se pela Câmara ou outra empresa externa credenciada e para quando o início dos trabalhos de limpeza. -----

----- Em resposta às questões colocadas pelo Senhor Pires, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que o aterro não estava encerrado, fora um fecho estrategicamente planeado para o dia da visita. Confirmou a coligação com a CDU, que aliás era do conhecimento público, e a questão de a CDU apoiar ou não a invasão da Ucrânia deveria ser respondida pela CDU. A estrada Rua D. Francisca, estava já identificada para reparação urgente, ainda não acontecera por falta de massas frias que, entretanto, já haviam chegado e certamente que a Junta de Freguesia com os seus recursos trataria de tapar os buracos, embora fosse necessária uma intervenção mais profunda, assim como nas estradas D. Maria e 513, onde, em conjunto com a IP, se estava a ver da possibilidade de ser fechada ao trânsito de pesados. Disse corroborar com o que o Senhor José Braz havia dito e em resposta à questão colocada pela Senhora D. Sandra Azeitão disse terem sido feitos um conjunto de sondagens



e ainda não se conseguia identificar qual o foco que fazia com que as águas sujas aparecessem espalhadas pelo circuito. Tinham sido identificados dois focos de poluição, um junto ao quiosque em frente à sede da banda, onde havia uma ligação mal feita que fora emendada e outro junto à Escola da Socasa em que o coletor estava ligado aos pluviais e que fora emendado também. Presumia-se que na parte mais antiga da Socasa, onde as pessoas tinham construído casas de banho em garagens clandestinas, houvesse situações de ligações mal efetuadas, mas só indo casa a casa se poderia aferir, sendo o que se estava a fazer. -----

----- Para responder à questão colocada acerca da transmissão através do Youtube, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a Mesa tinha decidido que a Assembleia Municipal merecia ter um espaço próprio, para além do existente no município. Assim passara a ser divulgado através da plataforma Youtube criada, que poderia ser assistido em direto e permitia criar um repositório dos diversos vídeos da Assembleia Municipal. Referiu que era intenção da Mesa ter também uma página no Facebook própria da Assembleia Municipal. Quanto aos comentários no decorrer da própria reunião, disse que alguns deles colocavam questões às quais era impossível responder visto não haver nenhum funcionário a acompanhar as questões colocadas dessa forma. Os munícipes que entendessem participar, e a Assembleia Municipal queria muito essa participação daí a realização de reunião descentralizadas, poderiam fazê-lo através do endereço eletrónico da Assembleia Municipal ou da presidência da Assembleia, e ainda que poder-se-iam deslocar ao gabinete da Assembleia Municipal para colocar as questões que entendessem, ou marcar alguma reunião caso fosse necessário. -----

V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Pelo Grupo PS foi apresentada uma Moção – Pela solidariedade com o povo ucraniano e pela condenação da ação da Rússia. -----

----- Foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 3 (CDU) | Favor: 25 (12 PS, 8 PSD, 2 CDU, 1 BE e 2 CH) -----

----- Aprovada por Maioria. -----

----- Pelo Grupo CHEGA foi apresentado um Voto de Pesar pelo falecimento das Vítimas da Guerra

entre a Rússia e a Ucrânia. -----

----- Foi o mesmo colocado a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 5 (2 PS e 3 CDU) | Favor: 22 (9 PS, 8 PSD, 2 CDU, 1 BE e 2 CH) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- **Pelo Grupo CDU foi apresentado um Voto de Defesa da Paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa.** -----

----- Foi o mesmo colocado a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 20 (10 PS, 8 PSD e 2 CH) | Abstenção: 1 (PS) | Favor: 6 (5 CDU e 1 BE) -----

----- O documento foi rejeitado. -----

----- **Pelo Grupo PSD foi apresentado um Voto de Solidariedade com a Ucrânia.** -----

----- Foi o mesmo colocado a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 5 (CDU) | Favor: 22 (11 PS, 8 PSD, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- **Pelo Grupo BE foi apresentada uma Recomendação de Solidariedade com o povo ucraniano, pela implementação urgente de medidas para apoio e acolhimento a pessoas refugiadas e de sanções contra a Oligarquia Russa.** -----

----- Foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 19 (6 PS, 8 PSD, 3 CDU e 2 CH) | Favor: 9 (2 CDU, 1 BE e 6 PS) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- **Pelo Grupo PSD foi apresentado um Voto de Pesar pelo Falecimento de José Fernandes Gonçalves Alexandre.** -----

----- Foi o mesmo colocado a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- **Pelo Grupo PS foi apresentado um Voto de Pesar pelo Falecimento de José Fernandes Gonçalves Alexandre.** -----

----- Foi o mesmo colocado a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovado por unanimidade. -----



----- Os documentos supra referidos são anexados a esta ata e dela fazem parte integrante. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS** -----

----- A Senhora Presidente da Mesa esclareceu dos tempos de intervenção de cada Grupo, conforme fora determinado na Comissão de Representantes dos Grupos Municipais. -----

-----Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se sabia o motivo dos cortes de Energia que, nos últimos três meses, assolavam as freguesias de Alcoentre e União de Freguesias praticamente diariamente e às vezes mais que uma vez por dia. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Martins do Grupo PSD para parabenizar a Câmara pela requalificação da estrada Azambuja/Virtudes ao longo da linha, conquanto não tivessem sido levadas em linha de conta as sugestões da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo. Considerou que a mesma, sendo uma mais-valia, poderia vir a ser melhorada, dada a largura da mesma, a não existência de via de circulação adequada aos peões e as curvas demasiado fechadas. Mostrou-se preocupado com a falta de médicos em Aveiras de cima, Manique do Intendente e no Centro de Saúde de Azambuja. Para finalizar solicitou ao Senhor Presidente que alargasse o transporte escolar aos alunos do 2º ciclo, considerando os riscos associados ao transporte e a pouca idade destes alunos, associados à preocupação dos pais destes alunos. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, que considerou que as afirmações que o Senhor Presidente da Câmara proferira relativamente ao Dr. José do posto médico de Alcoentre, que este só vinha trabalhar quando queria, não favoreciam em nada a fixação de médicos, pelo contrário, referiu que para o Grupo CHEGA, o Dr. José Vizcainho merecia todo o respeito e gratidão. Considerou que o Dr. vinha quando podia e fazia o melhor que podia, bem como todos os profissionais da área da saúde, entendendo a bancada do partido CHEGA que deveria ser endossado um pedido de desculpas pela forma como por vezes eram tratados. Na sequência de uma afirmação do Sr. Presidente, a propósito do estado da saúde do Alto Concelho em que teria dito “O Alto Concelho é dos que menos problemas tem”, referiu que em Alcoentre tinha havido médico no dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um e depois disso só no passado dia onze de fevereiro



tinha havido médico para elaborar relatórios, juntas médicas, baixas com semanas de atraso e afins, só se iniciando as consultas no dia quinze de fevereiro. -----

----- Interveio o Senhor Deputado André Salema do Grupo PS, que a propósito de uma intervenção programada por parte da AdAz na vila de Azambuja, que deixara parte da população sem água durante imenso tempo, o que considerou um desrespeito, solicitou ao Senhor Presidente que providenciasse junto da AdAz, para que destas intervenções programadas fosse dado conhecimento atempado à Câmara Municipal e à população por forma a que esta pudesse tomar providências. Perguntou para quando a resolução de acabar com a circulação de pesados na estrada Casais de Baixo/Casais de Britos, situação que preocupava os residentes e a ele próprio, conquanto Presidente da Junta de Freguesia e que poderia ser colmatado, segundo alguns camionistas, com a alternativa da passagem Carregado/Aveiras de Cima, via A1. Relativamente à N3, considerou importante haver um esclarecimento às freguesias de Vila Nova da Rainha e Azambuja. Pediu ponto de situação relativamente ao que a freguesia de Azambuja propusera, uma plataforma alternativa Espadanal/Vila Franca de Xira, até porque parte dos terrenos eram pertença do IP, o que é que achava desta ideia ou se já tinha tido alguma reunião acerca deste assunto. Para finalizar considerou que a Câmara deveria tomar medidas para com as pessoas que residindo em Casais de Baixo e com saneamento à porta, ainda não tinham feito as devidas ligações. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do Grupo CDU para referir o Dia Mundial da Mulher, apresentando o texto que se transcreve: “ Esta intervenção visa assinalar o dia internacional da mulher que se comemora no dia oito de março, comemorado a oito de março, comemoração com profundo significado histórico e uma renovada atualidade que se demonstra como necessário e democrático vincar e fazer lembrar, sendo este um dia para dar força à luta de todos os dias. O dia fora proposto em mil novecentos e dez por Clara Zetkin – revolucionária alemã incansável, ativista na defesa dos direitos das mulheres – o Dia Internacional da Mulher tinha como objetivo erigir a luta organizada das mulheres, em cada país, contra a exploração e opressão, pela conquista de direitos económicos, sociais, políticos e culturais, pela transformação da condição social das mulheres e pela sua emancipação. Desde então, um longo caminho tem sido percorrido, pelo conhecimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, pelo desenvolvimento, contra a guerra e pela paz. Em Portugal a comemoração do oito de março foi proibida sendo que os seus primeiros registos datam de mil

novecentos e cinquenta e três no jornal Avante. A primeira manifestação do oito de março realizara-se no Porto em mil novecentos e sessenta e dois por um grupo de mulheres democratas e a partir de mil novecentos e sessenta e nove é assinalado pelo MDM – Movimento Democrático de Mulheres, que o realiza anualmente enchendo as ruas da cidade de Lisboa e do Porto e que se realizará este ano no dia doze de março em Lisboa. As desigualdades, discriminações e violências sobre as mulheres permanecem como uma realidade no Mundo contra as quais é necessário continuar a denunciar no Dia Internacional da Mulher como na afirmação da solidariedade para com a luta das mulheres em cada País pela igualdade, desenvolvimento e soberania dos seus povos, contra a guerra e pela paz. Em Portugal a cada avanço nos direitos das mulheres, plasmados na sua forte participação no mundo do trabalho, em áreas como a cultura, a educação, a saúde, a ciência, a investigação e a política é acompanhada por obstáculos que permanecem e que impedem a igualdade social e laboral patentes na precariedade laboral, na desvalorização do trabalho das mulheres, das suas competências e carreiras e até na desvalorização da sua intervenção no campo social e político. Comemorar o oito de março é dar força à luta das mulheres de todos os dias na exigência de igualdade no trabalho e na vida, pelo cumprimento dos seus direitos constitucionalmente protegidos. Os órgãos de poder aos seus mais variados níveis têm responsabilidades na promoção da igualdade no trabalho e na vida e pelo cumprimento dos direitos das mulheres. Os órgãos autárquicos pela sua proximidade à população devem assumir as responsabilidades nas suas esferas de competência na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação aos vários níveis da vida local. Nesta data, saudamos as trabalhadoras da autarquia, delegadas e dirigentes sindicais e de coletividades, dirigentes de organizações e todas as mulheres que vivem, estudam e trabalham neste concelho e que assim contribuem para o desenvolvimento e afirmação do concelho de Azambuja.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara em resposta à questão formulada pelo Deputado Nobre, disse ter sabido dos cortes da EDP há quatro dias, que contactara o Senhor Engenheiro Catarino e que este ficara de ir verificar o que estava a suceder, se era avaria ou reparação nas redes. Relativamente às questões apresentadas pelo Deputado Martins disse que as curvas antes da intervenção já eram demasiado fechadas e que não se podia ir para cima de terrenos públicos, estava fora de questão. A falta de médicos era um problema que assolava o concelho e que ao longo dos quatro meses do mandato tinham sido feitas uma série de reuniões com a ARS e com a ACES na tentativa de tentar

canalizar mais médicos para o concelho e referiu o Regulamento de incentivo à fixação de médicos no concelho, aprovado na Câmara como instrumento para cativar a fixação dos mesmos. Solicitou à Vereadora Ana Coelho que prestasse algum esclarecimento que entendesse necessário, quando acabasse de responder às restantes questões. Quanto ao transporte para alunos do 2º ciclo ver-se-ia se era possível, não era obrigatório, mas se houvesse disponibilidade com certeza que a Câmara o faria. -----

----- A Senhora Vereadora Ana Coelho, confirmou as várias reuniões tidas com a ARS e o Movimento Cívico pela Saúde, no sentido de encontrar soluções para esta problemática, que era transversal a outros concelhos. Referiu que se estava a tentar junto de uma entidade sem fins lucrativos a criação de um Protocolo que permitisse através da mesma a contratação de médicos de família, uma vez que o Município não o podia fazer diretamente, e referiu a aprovação em Câmara do projeto de Protocolo de Incentivo à Fixação De Médicos no Concelho, que iria para discussão pública e após viria à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Relativamente às questões do Deputado Carlos Fonte, o Senhor Presidente disse que nem conhecia o médico em referência e que o que havia dito, fora no seguimento do que lhe havia sido dito pelo Diretor da ARS Lisboa, que sendo médico contratado, não pertencia ao quadro, ia trabalhar quando queria, pois, tinha apenas de responder à empresa a que pertencia. Quanto ao ter referido não haver falta de médico no Alto Concelho, se o dissera fora engano da sua parte, queria dizer na União das Freguesias, contudo, ir-se-ia verificar, pois em maio o Dr. Adriano reformar-se-ia, o que seria outro problema. Em resposta ao Deputado Salema, corroborou a falta de informação e solicitou ao diretor do Departamento, Pedro Melo que tomasse nota para falarem com a AdAz, pois já não era a primeira vez que acontecia, quanto ao trânsito de pesados na estrada referida era uma decisão que teria de ser tomada, havia uma reunião com o IP marcada para dia nove que continha o assunto na ordem de trabalhos, assim como o da segurança na N3 e rotundas e a reparação de pavimentos na 366. Quanto à construção de estrada alternativa havia duas opções, a que o Deputado tinha referenciado e outra no seguimento do que havia parado junto da SIVA para prosseguir mais abaixo, em que era proposta a ligação por trás, ligando à rotunda que Alenquer iria fazer. Para finalizar referiu que infelizmente era assim, as pessoas reclamavam por não haver saneamento, e quando este finalmente existia não se ligavam, a Câmara ia tentar forçar, dentro do que a Lei previa, que as

peçoas efetuassem as ligações necessárias. Disse ter gostado da intervenção da Deputada Marta, relativamente ao Dia Internacional da Mulher e informou que o Município iria comemorar o Dia, tendo para isso convidado vinte mulheres do Concelho das diversas áreas, política e estratos sociais, para um pequeno-almoço de confraternização e comemoração. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Helena Maciel do Grupo PSD que apelou à participação ativa dos munícipes e em especial dos jovens nas reuniões autárquicas, salientando que um dos assuntos mais discutidos e que mais preocupação trazia aos munícipes ser a real situação da saúde pública no Concelho de Azambuja, pelo que sugeriu a realização de um esclarecimento público por parte da Câmara acerca das diligências por si efetuadas bem como da ação do Movimento Cívico pela Saúde. Perguntou à Senhora Vereadora Ana Coelho o que estava a ser feito no sentido de melhorar o atendimento no Centro de Saúde de Azambuja. Referindo o posto de atendimento de proximidade na saúde promovido pela Freguesia de Vale do Paraíso perguntou qual o balanço destes dois meses e se estava em condições de desmultiplicar a situação. Referiu a situação de haver utentes a desmaiar nas escadas do Centro de Saúde, enquanto aguardavam a marcação de uma consulta de recurso desde as seis da manhã e a colocação de um dispensador eletrónico de senhas atrás de um balcão pouco acessível, o que não entendia. Na qualidade de utente, perguntou como é que estava a ser salvaguardada a informação da sua ficha clínica, atendendo à não marcação de consultas presencialmente, e que os resultados médicos eram enviados para um email que não controlava nem sabia de que forma iria chegar às mãos da médica de família, Dra. Andreia Luís, que considerou uma das resistentes e a quem deveria ser dado mérito. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA perguntando, relativamente ao encerramento do Aterro Triaza, se a Câmara já reagira com algum ato administrativo, porque mesmo com o mesmo fechado existiam mecanismos possíveis de lá entrar. Fez um reforço ao que já havia sido dito no decorrer da reunião acerca do trânsito de pesados na estrada Casais de Baixo/Casais de Britos, no sentido de a situação ser resolvida o quanto antes. Perguntou para quando a conclusão do arranjo da estrada da Texuga, N513 porque tivera um corte com início a vinte e três de setembro, sendo recuperados setecentos e cinquenta metros, para quando ficaria a recuperação do resto. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Torrão do Grupo CDU para perguntar relativamente à

abertura do Parque da Milhariça em Aveiras de Cima, há sete meses atrás, para quando a conclusão das obras e quando se conseguiria fazer um Protocolo com o Município para a gestão do mesmo, dado terem sido verificados alguns vandalismos e a Junta necessitar de ter uma intervenção de proximidade, coisa que não podia acontecer sem um acordo definido. Referiu a falta de iluminação e a não existência de bar de apoio. Referiu o problema dos esgotos em Aveiras de Cima, lembrando que o Parque a montante teria esgotos a correr a céu aberto para dentro da ribeira que passava ao lado do Parque Urbano, pelo que havia necessidade de haver coragem para resolver o problema dos esgotos na ribeira da Milhariça, na ribeira da fonte de Aveiras e na ribeira do Caju. Perguntou quando estariam em serviço as ilhas de saneamento colocadas ao lado dos contentores, sediadas na freguesia de Aveiras de Cima. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gustavo Borda de Água do Grupo PSD para perguntar relativamente à freguesia de Vila Nova da Rainha, se já havia cabimentação para os valores para alguma das três obras que a Junta tinha solicitado à Câmara Municipal, se a obra de remoção dos jacintos no rio Ota, prometida para o início de março iria avançar, para quando a requalificação da Rua Manuel Joaquim Alves Diniz. Pediu ponto de situação acerca do portão colocado em caminho público de acesso aos rios. Solicitou transporte escolar para os alunos do 2º ciclo, pois as crianças com nove ou dez anos tinham de apanhar comboio ou autocarro e seria uma solução de conforto quer para as crianças quer para os pais. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU que relativamente à intervenção da Deputada Helena Maciel acerca da saúde, assunto recorrente nas reuniões e que refletia uma extensão enorme da falta de clínicos que permitissem manter a competência do serviço nacional de saúde no concelho, considerou que a Câmara, em si, não tinha responsabilidade nenhuma nesta matéria por não ser competência sua e sim da Administração Central, e havia já um leque de más experiências em matéria de aceitação de competências da Administração Central. Fez o apelo ao Senhor Presidente que lembrasse o Senhor Primeiro-ministro e Secretario Geral do PS que na Campanha Eleitoral dois mil e dezanove havia prometido haver um médico de família para todos os portugueses que não o tinham, promessa reiterada nas últimas eleições, no sentido de o Concelho de Azambuja ser beneficiado com alguns clínicos, sendo certo ter havido um concurso sem esgotamento das vagas, e não se tenha visto ainda nenhum no concelho. Continuava-se a ter um



problema grave e que afetava as populações, envelhecidas nalgumas freguesias e que precisavam de cuidados de saúde recorrentes, não podendo ser votada ao abandono que era o que vinha sucedendo. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Avelino no sentido de solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que providenciasse a resolução breve de obras há muito paradas no tempo, como a ponte agrícola dos Urnais em apreciação há nove anos, o Mercado Diário de Manique, já há oito anos e os esgotos Casal do Além/Torre Penalva, processo que era para estar concluído e a funcionar em outubro passado. -----

----- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse ter tido em consideração o que a Deputada Helena Maciel apresentara, já se havia falado acerca do mesmo assunto no decorrer da reunião, e quanto ao sigilo das comunicações a Câmara não teria a ver com isso e sim o próprio Centro de Saúde que poderia informar do sigilo das mesmas e como era articulado o processo. Quanto ao Balcão 24, havia já outras Juntas a mostrar-se interessadas no processo, dado ter havido uma melhoria no atendimento personalizado. Respondendo à Deputada Maria de Fátima Pinto, disse ter já sido falado o fecho do Aterro no decorrer da reunião, tomara nota do reforço do referido relativamente ao fecho do trânsito de pesados na estrada Casais de Britos/Casais de Baixo. Quanto à repavimentação da estrada 513, seria efetuada de acordo com as possibilidades financeiras. -----

----- Quanto ao Protocolo para o Parque da Milhariça, o Senhor Presidente da Câmara disse estar por dias, estava a ser elaborado, os esgotos havia um conjunto de situações a resolver com o acompanhamento da AdAz e dos técnicos do município. Quanto às ilhas podiam ser utilizadas, estavam em funcionamento, nesta fase inicial decidira-se manter os contentores como reforço até que as pessoas se habituassem. Relativamente às questões apresentadas pelo Deputado Gustavo Borda de Água disse ter sido feito um reforço nos valores das verbas no sentido de se poder avançar com algumas, a limpeza do rio Ota ia avançar, já havia procedimento, a degradação do pavimento na Rua Manuel Joaquim Alves Diniz, aguardava disponibilidade de verbas à semelhança de outras no concelho, e quanto à retirada do portão, a fiscalização municipal já tinha intimado várias vezes os Senhores no sentido da retirada do mesmo, coisa que não acontecera. Agora teria de ser com a ajuda da GNR. Para o pedido de transporte dos alunos do 2º ciclo teria de dar a mesma resposta que já dera ao Senhor Presidente da Junta de Aveiras de Baixo. Respondendo ao Deputado Nobre disse que



até poderia falar com o Senhor Primeiro-Ministro, não sabia era até que ponto conseguiria ele resolver o problema da falta de médicos. Para finalizar e em resposta ao Deputado Avelino, disse que a questão da ponte dos Urnais era um assunto com barbas que teria de ser resolvida. Para o mercado havia já verba cabimentada para a compra do resto dos equipamentos. Os esgotos estavam prontos, ia ser passada a informação para as pessoas começarem a proceder à ligação aos mesmos. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto considerou não terem sido respondidas todas as questões por si colocadas, a que o Senhor Presidente disse que no decorrer das questões colocadas pelo público e pelo Deputado Carlos Fonte, já respondera que o aterro se encontrava fechado. No dia programado para a visita, perguntara ao gabinete de advogados da Câmara, que acompanhavam este processo, se se faria outra fiscalização ao que respondera que não e que aguardava indicações quanto ao que se seguiria. -----

----- A Senhora Presidente da Mesa referiu que, em caso de algum Deputado considerar não ter tido resposta a alguma questão que colocara, poderia sempre enviar a questão para a Assembleia Municipal que se encarregaria de a fazer chegar ao Senhor Presidente da Câmara para resposta do executivo. -----

VI – ORDEM DO DIA -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 15 de dezembro de 2021 a 11 de fevereiro de 2022-----

----- Interveio a Senhora Deputada Elisete Rodrigues do Grupo PS conquanto residente na freguesia de Vila Nova da Rainha questionou, relativamente à Escola Básica e Jardim de Infância da vila, para quando estava prevista a reabertura, parabenizou o executivo pela requalificação que considerou “cinco estrelas”, pelo que do exterior se via, valorizando a vila, as crianças e toda a comunidade escolar ficariam muito reconhecidas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do Grupo CDU referindo o atraso com que recebera o documento, que não lhe permitira uma atenção cuidada para todos os pontos. Mencionou a rua do Condestável em Alcoentre, onde já tinha sido implantada sinalização. Sabia que iria ser presente à Câmara a Postura de Trânsito para a vila de Alcoentre, mas não vira informação acerca da previsão de um parque de estacionamento alternativo na Rua do Condestável. Estacionamento esse muito



necessário para as pessoas poderem frequentar os estabelecimentos existentes na rua. Ainda que a mesma passasse a ter só um sentido, evitavam-se os incómodos não só aos residentes como à população em geral, para além da dificuldade de saída e circulação na rua, e principalmente para os bombeiros. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Natália Peres do Grupo PSD referindo que não vira qualquer informação na Atividade Municipal, acerca da reabilitação dos bairros do EP de Alcoentre e Vale dos Judeus, assunto amplamente anunciado no decorrer da Campanha Eleitoral, perguntou se já tinha sido feito algum contacto ou reunião com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais nesse sentido. Relativamente ao relatório de Participação Municipal apresentado no documento, que referia quatrocentos e trinta e quatro utilizações em janeiro de dois mil e vinte e dois, com uma receita de vinte e quatro euros e cinquenta e um cêntimos, perguntou a que é que se referia tal verba, se as utilizações tinham algum custo associado e se houvera algum aluguer da instalação. Relativamente ao pedido de contributos para um plano de intervenção e melhoria da Feira de Maio, perguntou a quem tinham sido dirigidos. Para terminar disse que o Processo 383/20. 6 GBCTX continuava sem dados, não havia a indicação de réu ou outros, situação que se mantinha já há muito tempo. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD referindo a escassez de tempo que os Deputados tinham tido para apreciar a Atividade Municipal, reiterando assim o que o Deputado Nobre dissera. Considerou o documento extenso e com informação desnecessária para a Assembleia Municipal, referindo-se à informação de que os funcionários da Câmara tinham processado cinquenta recibos na piscina ou quarenta refeições na escola, competências que faziam parte do trabalho dos funcionários e Departamentos, não do executivo. Perguntou porque é que tinha sido suspensa a obra de requalificação do edifício do Urbanismo, o que é que efetivamente já tinha sido feito para a alteração ao Regulamento de Tabelas Taxas e Preços do Município de Azambuja, o que se pretendia com as reuniões com as diferentes unidades orgânicas referidas e para quando se previa a conclusão das mesmas. Referiu não ter sido atualizada a informação de que a transmissão das reuniões da Assembleia Municipal, eram no Youtube e não no Facebook, por decisão da Senhora Presidente da Mesa. O documento referia o envio de newsletters de divulgação e promoção do concelho, informou não ter recebido nenhuma. Quanto ao fornecimento de vedação para o campo



de jogos da Escola Secundária, cujo procedimento ficara deserto à semelhança do que já acontecera com outros concursos, perguntou se era justificação para a não realização das obras ou se se andava a brincar aos concursos. Se já se sabia que os mesmos não iam para a frente havia de se fazer um concurso sério. Acerca das contas, referiu que no ano de dois mil e vinte e um estava previsto para o IMI 3.879 ME, e era agora apresentado em dois mil e vinte e dois 1.395 ME, perguntou se o que faltara eram as transferências do Estado e se entrariam no ano de dois mil e vinte e dois ou em dois mil e vinte e um. Na rubrica de Aquisição de Bens de Capital reparara que de uma verba de 1.900 ME numa rubrica, apenas dois projetos e meio se referiam a investimentos fora da grande Azambuja, concretamente a escola de Vila Nova da Rainha, a repavimentação nas Quebradas e a colocação de caixilhos na casa mortuária de Casais de Além, considerou que tal como Portugal não era só Lisboa, o concelho de Azambuja não era só a vila de Azambuja. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara em resposta à Deputada Elisete Rodrigues informou que a cerimónia de abertura da escola de Vila Nova da Rainha seria na próxima sexta-feira, dia quatro pelas dezassete horas, esperava a vinda do Senhor Ministro ou na falta dele da Secretária de Estado, Dra. Inês Ramires. Respondendo ao Deputado Nobre, relativamente ao parque alternativo disse que a Câmara estava a ver da legitimidade no loteamento que fora trocado para a obra do Centro de Dia. A Câmara tinha uma faixa de dez metros ao pé da escola, mas não fazia sentido fazer o estacionamento tão atrás, faria sentido na zona, junto do portão dos bombeiros. Estava-se a tentar entrar em negociação com o proprietário do terreno, já pedira aos serviços que iniciassem o processo. Para responder à Deputada Natália Peres referiu que de facto não havia oferta de habitação no concelho, e que a Câmara tinha consciência disso e por isso fizera o desafio aos serviços do Ministério da Justiça para que fossem cedidas as casas devolutas referidas na Estratégia Local de Habitação. Houvera uma reunião com o Secretário de Estado e com os elementos dos serviços prisionais, aguardava-se informação. Quanto ao pavilhão não sabia a que se referiam, se a algum aluguer, contudo nas utilizações referidas encontravam-se plasmadas as utilizações dos alunos da Escola Secundária. Os contributos para a Feira de Maio solicitados aos elementos da Comissão da Feira, ir-se-ia realizar a primeira reunião na próxima quinta-feira, após o que seria efetuada uma reunião com os Senhores Vereadores e Presidentes de Junta para apresentar o modelo de Feira de Maio e do Ávinho que se iriam realizar este ano. O Processo 383/20 referia-se a um litígio com a



Triaza motivado pela limpeza de terrenos circundantes que a Triaza considerara seus o que não era verdade. Em resposta ao Deputado Nelson Rodrigues disse que a obra do edifício da DU fora suspensa por se terem detetado algumas irregularidades na estrutura do edifício, que era muito antiga e tinha de ser reforçada com uma nova apresentação do projeto. Quanto ao Regulamento de Taxas e Licenças, as reuniões tidas eram no sentido de aperfeiçoar o documento. O IMI era calculado na base dos vinte e quatro meses, o que apresentava o primeiro valor sendo que o real valor entrado era o valor indicado, 1.900 ME. Sobre os investimentos que estão a ser feitos na sua maioria na freguesia de Azambuja, referiu que deviam ser financiados como a requalificação das ruas de Azambuja e do Esteiro e do Largo de Palmela. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Lúcio Costa do Grupo PS considerando que a Atividade Municipal era um documento que vinha a ser melhorado ao longo dos anos, que plasmava toda a atividade municipal e o programa que o PS propusera às pessoas do concelho de Azambuja, para além de toda a atividade normal. Referiu que se o PSD algum dia chegasse à Câmara de Azambuja, consideraria que este documento não tinha interesse. -----

----- O Senhor Deputado Nelson Rodrigues referiu nunca ter dito que o documento não prestava. O que dissera era que para avaliar a atividade do executivo, as decisões que este tomava e a sua relevância para o concelho, sendo que oitenta ou noventa por cento do que era referido não interessava, como a indicação de terem sido faturadas cinquenta entradas na piscina. O que realmente interessava saber era porque é que apenas tinham sido faturadas cinquenta e não cem, ou porque é que não tinham sido faturadas nenhuma, que eram coisas diferentes. Quando o PSD fosse executivo, o que iria acontecer brevemente, com certeza que o Relatório iria ser muito melhor do que aquilo que era agora. -----

----- Discutido o documento, nada foi deliberado. -----

----- Foi realizado um intervalo de cinco minutos. -----

----- **Ponto 2 –Abertura de procedimento de Concurso Público – Contrato de Concessão do Direito de Exploração do Restaurante do Páteo do Valverde ----- P 12/P/2022**

----- Não houve qualquer intervenção dos Senhores Deputados. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 28 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----



----- Aprovado por unanimidade. -----

----- O Sr. Deputado José Navarro de Andrade do PSD apresentou Declaração de Voto. -----

----- **Ponto 3 –Covid-19 – Prorrogação das medidas de Apoio**----- **P 7/P/2022**

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA fez um Ponto de Ordem à mesa no sentido de que cada alínea da Proposta fosse votada em separado, uma vez que tinham diferentes entendimentos relativamente a cada questão, ao que o senhor Presidente da Câmara não concordou, referindo que o documento seria votado no seu todo. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD que, referindo-se aos pontos um e dois da Proposta, perguntou se já estavam em curso as medidas neles referidas, tendo o Senhor Presidente da Câmara dito que sim. Perguntou, como o que era proposto se referia aos meses de janeiro e fevereiro de dois mil e vinte e dois e o documento estava datado de quinze de fevereiro do mesmo ano, se a Assembleia Municipal no âmbito das suas capacidades decidisse não aprovar o documento o que é que acontecia. Se a Câmara ia pedir o dinheiro às pessoas. Considerou que aprovar o que já estava feito era no mínimo bizarro. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA referindo que a questão do Grupo ia um pouco na linha do referido anteriormente, atendendo a que as medidas se referiam aos meses janeiro e fevereiro, perguntou porque é que só tinham vindo à Assembleia no último dia do mês de fevereiro. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 2 (CH) | Abstenção: 1 (PSD) | Favor: 25 (12 PS, 7 PSD, 5 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: “ Verificou-se nesta Proposta, para além de outras coisas mais, a suspensão de pagamento aos arrendatários do Município, para a bancada do partido CHEGA não faz sentido pois estamos numa fase de levantamento de restrições, aliás para todos os outros arrendatários já terminaram há muito tempo. Esta Proposta engloba suspender planos de pagamentos de valores irrisórios, embora que estes pedidos de suspensão nada têm a ver com as dificuldades das Coletividades face à pandemia. Verificou-se já que estavam em incumprimento antes deste período,

existiam acordos que não foram cumpridos, não vou falar em nomes, não quero entrar por aí. Temos associações que não cumpriram plano de pagamento ao longo de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, temos associações que fizeram acordos de pagamento em maio de dois mil e dezassete e em vez de terem amortizado, porque tinham dez prestações para procederem a esse pagamento, entre essa data e a data atual aumentou cerca de setecentos euros a dívida. Como tal não faz sentido nenhum a bancada do partido CHEGA votar favoravelmente esta Proposta. Estamos num período de aliviar medidas e a economia há muito que já tornou praticamente à sua normalidade, contudo compreendemos que as IPSS e os Bombeiros estão numa situação difícil, nada fácil. Não nos é possível votar favoravelmente, visto a diversidade da Proposta apresentada.” -----

----- **Ponto 4 – Revisão Orçamental** ----- **P 10/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara disse ir fazer uma apresentação brevíssima e que, para as questões de reforços e outras de ordem técnica, solicitaria a ajuda técnica da Dra. Irene Lameiro e do Dr. Ricardo Portela. Referiu que o valor do saldo da Gerência de dois mil e vinte e um orçara em 3.827.974,17 € e que tinham sido distribuídos pelas rúbricas que estavam em Orçamento, nomeadamente a de verbas a definir. Fizera-se uma distribuição equitativa em função das necessidades e dos compromissos já assumidos que vinham também do Mandato e ano anterior. ---

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre considerando que com a distribuição de saldos, se encerrava a distribuição das contas do Mandato anterior, apesar de alguma da distribuição se reportar a compromissos que já vinham sendo assumidos anteriormente. A CDU não queria deixar de salientar, mais uma vez, que devia ser preocupação do Município daqui para a frente, definir os investimentos que havia de fazer no Alto Concelho, para que houvesse uma repartição mais justa da despesa pública municipal pelas diversas freguesias que não tinham tido até agora o devido merecimento e cobertura por parte das finanças municipais. Referiu ser o apelo que a CDU deixava ao Executivo Municipal, que a partir de agora não tinha motivo para que no próximo Orçamento não atendesse às demandas do Alto Concelho. -----

----- Foi apresentado pelo Grupo PS um Requerimento para prorrogação de tempo em mais uma hora. -----

----- Colocado a votação, obteve o seguinte resultado: -----

----- Contra: 3 (2 CH e 1 PS) | Abstenção: 0 | Favor: 25 (11 PS, 8 PSD, 5 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovador por Maioria.-----

----- Interveio a Senhora Deputada Natália Peres do Grupo PSD referindo a má qualidade gráfica do documento, que continha informação que não se conseguia ler. Perguntou qual tinha sido a transferência para as Coletividades e se nela estava especificado o valor para apoiar as lacunas nos relatórios, uma vez que tinham sido feitas vistorias, e os mesmos apresentavam situações graves. ---

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que tinham sido feitas as transferências para as Coletividades ao nível dos subsídios, o que não invalidava que ao longo do ano se pudessem fazer modificações orçamentais relativamente à questão levantada. Não estava prevista no documento qualquer verba para apoio às Coletividades no sentido de as apoiar nas deficiências apontadas, o que não queria dizer que no decorrer do ano isso não viesse a acontecer. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 10 (8 PSD e 2 CH) | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- **Ponto 5 – Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Proc. Nº 24/21 PIP1 – Sociedade Agropecuária Vale da adegas, S.A.** ----- **P 13/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu ser intenção da Sociedade Agropecuária Vale da Adegas, S.A. construir um conjunto de fotovoltaicas para consumo próprio e nessa perspetiva não via qualquer tipo de impedimento para não atribuir o Interesse Público Municipal. -----

----- Não houve qualquer intervenção dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 2 (CH) | Abstenção: 0 | Favor: 26 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: “Esta Proposta vem contra o que a bancada do CHEGA tem vindo a defender. Que fique bem claro que a bancada do CHEGA não tem nada contra esta empresa ou qualquer outra que apresente um projeto que venha a esta Assembleia com o teor do Interesse Público. A bancada do partido CHEGA apresentou uma Proposta para o início do procedimento para regulamentar o

Interesse Público Municipal, ficando logo assumido que nunca votaria favoravelmente enquanto esse Regulamento não estivesse concluído, aí se justifica o nosso voto. “-----

----- O Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: “É amplamente reconhecido que um dos problemas que contribui para o estado deplorável da Justiça em Portugal é o facto do corpo legislativo ser por demais emaranhado, imbricado, amontoado e confuso. O jurista mais esperto e desvolto encontrará sempre atalhos e expedientes para levar avante as suas demandas, mesmo que elas contrariem o espírito do legislador. É o caso patente nesta Proposta, que, mais uma vez, deita mão à figura do Interesse Público Municipal para desenvencilhar apressada e superficialmente um problema concreto e particular. Esta Proposta é uma declaração de incompetência dos sucessivos executivos municipais que arrastam há décadas a Revisão do PDM, incompetência ou jogo de interesses, sabe-se lá, revisão essa que seria finalmente a solução menos casuística, ou seja, mais ampla mais integral mais racional e mais planeada. Votamos, contudo, a favor da autorização porque seria perverso, que em cima da incompetência e inércia camarária, se viesse a punir e lesar com obstáculos formais e burocráticos quem investe no nosso concelho e nele cria emprego. Mas, o Grupo Municipal do PSD em defesa dos investidores e empresas, nunca deixará doravante de denunciar este expediente e a negligência política que obriga a recorrer a ele.” -----

----- **Ponto 6 – Prorrogação do Prazo para a Concretização da Transferência das Competências no Domínio da Ação social ----- P 15/P/2022**

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos fonte do Grupo CHEGA considerando que a Proposta, do ponto de vista do CHEGA, estava a ser empurrada para a frente sem necessidade, visto o Senhor Presidente já ter afirmado haver condições para receber as Competências. Referiu que a Lei era de dois mil e dezoito e que fora criada pelo PS, sendo assim um problema que o Senhor Presidente teria de resolver com o Governo Central. Considerou que já tinha sido dado mais tempo suficiente aos Municípios para se adaptarem, já lá iam três anos e meio desde que a Lei saíra. Por estas razões a bancada do partido CHEGA não via as razões para adiar esta Transferência de Competências. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA para colocar três questões: se a Câmara não estava já preparada para aceitar estas competências, se ainda há pouco



tempo não contratara uma Técnica da Ação Social a recibos verdes e se não tinha reserva de recrutamento para técnicos desta área. -----

----- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse que falaria certamente com o Governo acerca deste assunto e acrescentou que a Câmara estava em condições de receber as competências mas, uma vez que o Governo dera a prerrogativa, considerava ser de aproveitar, tanto mais que estas questões estavam todas a ser revistas pela ANMP e ainda iria correr muita tinta sobre este assunto. Referiu não ter contratado nenhuma Técnica da Ação Social a recibos verdes e que de momento não sabia dizer da reserva de recrutamento para Técnicos da Ação social. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 2 (CH) | Abstenção: 0 | Favor: 26 (12 PS, 8 PSD, 5 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- **Ponto 7 – Contas Semestrais 2021** ----- **INF 3/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara disse serem as contas semestrais que fechavam o ano económico de dois mil e vinte e um e que para esclarecimentos técnicos a Dra. Irene e o Dr. Ricardo esclareciam. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, dizendo que o documento lhe fora entregue, contrariava o que o Senhor Presidente havia dito. As contas apresentadas indicavam o resultado do primeiro semestre de dois mil e vinte e um e não o que o Senhor Presidente dissera, que encerravam as contas de dois mil e vinte e um, com o que o Senhor Presidente concordou, informando ter-se tratado de um lapso. -----

----- Discutido o documento, nada foi deliberado. -----

VII – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade -----

VIII – ENCERRAMENTO -----



----- Eram vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://youtu.be/78HNBbf0FTo> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

Primeiro Secretário,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Segunda Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo